

Crise esquecida, danos irreversíveis



Deniva
David Obot

Por 17 anos, a população do norte e do leste de Uganda tem padecido em um conflito devastador.¹ O impacto da guerra inclui a violação e a negação dos direitos humanos à vida, à alimentação, à saúde, à educação, à segurança pessoal e ao acesso a recursos públicos e internacionais para 2 milhões de pessoas. O desespero e a insegurança tomam conta da população. As crianças nascidas e criadas nesse ambiente não têm futuro e, na verdade, mal conseguem sobreviver no presente: desde 1996 cerca de 20 mil crianças foram raptadas para servir na guerrilha, e aproximadamente 2 milhões de pessoas foram desalojadas.²

As crianças seqüestradas são amarradas entre si pelo tornozelo, forçadas a transportar cargas pesadas e a caminhar até oito horas diárias sem descanso, até chegarem ao campo de Nichitu, no sul do Sudão.³ Assim que chegam ao campo, começam a

Nos últimos 17 anos, a população do norte e do leste do país sofreu um conflito armado que foi descrito pelo subsecretário-geral das Nações Unidas para Assuntos Humanitários como uma “crise esquecida”. Durante a guerra entre as tropas governamentais e os membros da guerrilha do Exército de Resistência do Senhor (LRA, na sigla em inglês), foram cometidas as atrocidades mais brutais, e os direitos humanos de mais de 2 milhões de pessoas foram violados. A resolução desse conflito exige uma urgente intervenção internacional.

receber treinamento militar rudimentar. Qualquer criança que tenta fugir é morta ou punida severamente.⁴

As meninas são estupradas tanto pelos comandantes do LRA como pelos soldados governamentais. Outros atos de agressão incluem a mutilação de crianças e pessoas adultas, emboscadas contra veículos e a destruição de lares, colheitas e infra-estrutura.

Nesse conflito, foram vistas algumas das piores formas de mortes cruéis. Estima-se que mais de 23.520⁵ pessoas tenham sido mortas e 2 milhões tiveram de se abrigar nos acampamentos para pessoas internamente deslocadas (PID).⁶ Somente um desses acampamentos abriga cerca de 10 mil crianças.⁷

Nos acampamentos para PID, não há escolas. Mesmo que existisse infra-estrutu-

ra educacional, haveria enorme superlotação e medo constante de ataques do LRA, o que criaria um ambiente nada propício à aprendizagem. Também haveria problemas com o recrutamento de professores e professoras e com a aquisição de materiais didáticos. O efeito negativo do conflito sobre a educação primária também causou a queda da produção agrícola. Um estudo realizado por Deininger e Okidi revelou uma forte relação entre os anos de instrução primária e o valor da produção agrícola: há um aumento de 5% por cada ano em que o(a) chefe da família frequentou a escola primária.⁸ Portanto, a perda de anos de educação primária implica o declínio na produção agrícola.

Desnutrição, malária, HIV/Aids, tuberculose e traumas psicológicos são freqüentes no país. Nos acampamentos para PID, o sistema de saneamento é deficiente,⁹ quase não há remédios e as pessoas preferem morrer de fome a arriscar uma saída dos acampamentos em busca de comida. A água é um luxo: um poço tem de ser compartilhado por mais de 30 mil pessoas.

A população não pode plantar a variedade de alimentos que contribuiriam para a segurança alimentar e uma dieta equilibrada.¹⁰ As pessoas dormem sem mos-

1 As populações dos distritos diretamente afetados pelo maciço deslocamento interno são as seguintes: no norte, Apac (676.244), Gulu (468.407), Kitgum (286.122), Lira (757.763) e Pader (293.679); no leste, Kaberamaido (122.924), Katakwi (307.032) e Soroti (371.986); totalizando 3.284.157 habitantes, ou seja, 13% da população total de 24,7 milhões. As populações dos distritos diretamente afetados pela sua proximidade das zonas de operação dos insurgentes são: no norte, Adjumani (201.493), Arua (855.055), Kotido (596.130), Moroto (170.506), Moyo (199.912), Nakapiripirit (153.862), Nebbi (433.466) e Yumbe (253.325), totalizando 2.863.749 habitantes, ou seja, 12% do total da população. Agência de Estatísticas de Uganda, 2001.

2 *The Monitor*, 26 out. 2003, p. 1.

3 “Andrew Akera, de 13 anos, foi seqüestrado em 2001. Lembra que durante o seqüestro os captores amarraram as pernas das crianças seqüestradas e incendiaram o acampamento. Segundo ele, cada criança transportava cerca de 40 quilos de bens saqueados e caminhou durante quase oito horas. Pararam por duas horas para cozinhar. As crianças seqüestradas comeram verduras, enquanto os comandantes rebeldes comeram peixe, carne e farinhas. Dormiram no mato. Os seqüestros e saques prosseguiram durante um mês. Posteriormente, as crianças foram levadas para o acampamento de Nichitu, no sul do Sudão.” *The Monitor*, 19 nov. 2003, p. 15.

4 “As ordens eram para matar qualquer um que tentasse escapar. Numa ocasião [Andrew Akera] levou chibatadas em todo o corpo por tentar fugir. Depois disso, abandonaram-no, acreditando que estivesse morto.” *The Monitor*, 19 nov. 2003, p. 15.

5 DORSEY, J.; OPEITUM, S. *The Net economic cost of the conflict in the Acholliland Sub-Region of Uganda*. Campala: Organizações da Sociedade Civil pela Paz no Norte de Uganda, 2002, p. 7.

6 *The Monitor*, 20 nov. 2003, p. 1.

7 OLOCH, James. 16 mil deslocados internos na Fazenda Bala Stock não tinham serviços médicos e 10 mil crianças não frequentavam aulas. *The New Vision*, 10 nov. 2003.

8 DEININGER, Klaus; OKIDI, John. Rural households, incomes, productivity and non-farm enterprises. In: *Uganda's recovery: the role of farms, firms and government*. Banco Mundial, out. 1991, p. 123-174. (Estudos Regionais e Setoriais).

quiteiros, e os mosquitos transmissores de malária proliferam sem controle. Além disso, os estoques dos remédios para tratamento da malária são muito escassos. O resultado dessas condições precárias de saúde é a alta taxa de mortalidade: em dez acampamentos, que abrigavam 220 mil pessoas, foi registrada a média diária de cem mortes causadas por malária, sarampo, diarreia ou infecções respiratórias.

Em consequência dos estupros sofridos, as meninas raptadas são contaminadas por doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Segundo levantamento da Organização Social e de Aconselhamento de Gulu (Gusco, na sigla em inglês) com meninas resgatas e examinadas por profissionais de saúde, 85% delas estavam infectadas por DSTs. Como existe uma correlação alta entre DSTs e HIV/Aids, teme-se que a maioria dessas meninas seja soropositiva.

A coalizão de Organizações da Sociedade Civil pela Paz no Norte de Uganda (CSOPNU, na sigla em inglês) avalia que o conflito tenha custado ao país cerca de 3% de seu PIB anual ou aproximadamente US\$ 1,33 bilhão, nos últimos 17 anos. Os custos principais derivam de pesados gastos militares e da perda de receitas de exportações de produtos primários, como algodão, tabaco e sementes de gergelim produzidos na região em conflito. Também foram perdidas oportunidades de desenvolvimento, como no caso de ajuda internacional para quatro hospitais regionais, que teve de ser cancelada por falta de segurança.⁹

O governo aplicou recursos numa tentativa de organizar as pessoas deslocadas nos acampamentos, já que estes não estão livres dos ataques do LRA. Com mais de 2 milhões de pessoas vivendo nesses acampamentos, atender a suas necessidades básicas é uma luta difícil e constante.

Esforços para a resolver o conflito

No início da década de 1990, foram iniciadas negociações de paz entre o governo e o LRA. O então ministro de Estado a cargo

dos distritos do norte representava o governo e chegou a fazer reuniões com representantes do LRA. No entanto, essa iniciativa fracassou, pois o governo insistia em que os rebeldes entregassem suas armas num determinado período de tempo. O LRA recusou essa condição e recomeçou suas atividades insurgentes, e isso continua até hoje. Posteriormente, o governo tentou derrotar o LRA, assinando um acordo militar com o governo sudanês (Operação Punho de Ferro), que permitia a entrada das Forças de Defesa do Povo de Uganda (UPDF, na sigla em inglês) no território sudanês em perseguição aos combatentes do LRA, para destruir suas bases. Desde então, pouco se avançou.

Houve outros esforços para negociar a paz. A Lei de Anistia de 2000 concedeu anistia e reassentamento aos rebeldes que se rendessem. De um total estimado de 50 mil rebeldes, somente 10 mil aproveitaram a anistia até o momento, de acordo com dados da Comissão de Anistia. Tal benefício expirou em 31 de dezembro de 2003, e o mandato da Comissão de Anistia terminou em 17 de janeiro de 2004. A Comissão de Paz Presidencial tentou sem sucesso reunir-se com representantes do LRA.¹²

Organizações e representantes da sociedade civil também tentaram iniciar negociações de paz. Em 2001, uma iniciativa de paz local, liderada pelo padre Tarcisio e pelo chefe “Rwot” Joseph Oywak, tentou convencer o LRA a negociar com o governo. Entretanto, a invasão das UPDF ao local da reunião abortou a tentativa. A iniciativa de paz de dirigentes religiosos de Acholi também conseguiu reunir-se com representantes do LRA, e a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Gulu procurou abrir negociações. Em todas essas tentativas, ficou clara a ausência de um mecanismo central para coordenar os esforços de paz.

No plano nacional, 34 parlamentares representantes do norte abandonaram o Parlamento em protesto contra a inabilidade do governo de pôr um fim ao sofrimento da população.¹³ O presidente Yoweri Kaguta Museveni concedeu uma audiência a parlamentares, e atualmente vários grupos das milícias locais recebem treinamento para defender a população de várias aldeias.

A segurança humana exige o envolvimento da comunidade internacional. Em uma recente visita, o subsecretário-geral das Nações Unidas para Assuntos Humanitários reconheceu que esta era uma “crise esquecida”. A ministra holandesa de Cooperação para o Desenvolvimento também informou ao presidente que a opção militar não tinha conseguido a paz e que ela pretendia fazer uma campanha na União Européia para que as partes em guerra sentassem à mesa de negociações.¹⁴ Também é necessário prestar muita atenção ao que está acontecendo no Sudão. Embora o governo sudanês negue,¹⁵ o LRA tem bases nesse país e recebe o apoio do sul do Sudão.

Em busca de alternativas

Não existe uma coordenação eficaz dos mecanismos de resolução do conflito. Este não é o momento para atribuir culpas. Vale a pena considerar outras opções:

- participação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), que trataria das questões relacionadas às bases do LRA fora das fronteiras de Uganda;
- negociações diretas por meio de terceiros ou um processo supervisionado pela comunidade internacional;
- elaboração, por parte do governo, de uma política de gestão de desastres e de construção da paz;
- sensibilização, por parte do governo, da sociedade civil, dos meios de comunicação e de formadores de opinião, para conscientizar a população de que esse conflito tem alcance nacional, regional e internacional;
- extensão da anistia que terminou em 31 de dezembro 2003;
- ajuda humanitária urgente;
- um programa abrangente de reabilitação e desenvolvimento.

Embora os danos sejam irreversíveis, é absolutamente necessário achar uma solução para essa complexa situação geopolítica. Há urgência em encontrar um marco jurídico para a resolução do conflito, assim como é preciso ter persistência e compromisso. ■

9 THE MONITOR. Funcionários do distrito de Gulu informam que 250 pessoas compartilham uma latrina nos acampamentos de deslocados internos. *The Monitor*, 1 nov. 2003, p. 4.

10 *The Sunday Monitor*, 16 nov. 2003, p. 14-15.

11 Por falta de segurança, o Japão teve de cancelar as doações para reabilitar hospitais nos distritos de Yumbe, Moyo e Adjumani.

12 *The New Vision*, 25 out. 2003, p. 3.

13 *The Monitor*, 20 nov. 2003, p. 1.

14 *The Monitor*, 15 out. 2003, p. 4.

15 *The Monitor*, 25 out. 2003, p. 1.